



# **CONGRESSO NACIONAL**

## **COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

### **PAUTA DA 10ª REUNIÃO**

**(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)**

**18/10/2016  
TERÇA-FEIRA  
às 14 horas e 30 minutos**

**Presidente: Deputado Daniel Vilela**

**Vice-Presidente: Senador Cristovam Buarque**



**Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas**

**10ª REUNIÃO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª  
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 18/10/2016.**

## **10ª REUNIÃO**

***Terça-feira, às 14 horas e 30 minutos***

# **SUMÁRIO**

### **1ª PARTE - DELIBERATIVA**

<b>ITEM</b>	<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>RELATOR (A)</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>1</b>	<b>RMC 6/2016</b> - Não Terminativo -		<b>9</b>
<b>2</b>	<b>RMC 7/2016</b> - Não Terminativo -		<b>11</b>

### **2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA**

<b>FINALIDADE</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>Será discutido o estudo elaborado pela equipe do Sistema de Estimativa de Emissão de Gases do Efeito Estufa - SEEG, do Observatório do Clima, sobre a revisão das metas apresentadas pelo Brasil no Acordo do Clima de Paris, em decorrência dos valores divergentes obtidos no Segundo e no Terceiro inventários nacionais de emissões, de 2010 e 2016.</b>	<b>13</b>

### **3ª PARTE - REUNIÃO DE TRABALHO**

<b>FINALIDADE</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>Reunião de Trabalho para tratar da incorporação da iNDC na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)</b>	<b>14</b>

#### **4ª PARTE - DELIBERAÇÃO SOBRE AS EMENDAS AO PLOA 2017**

<b>FINALIDADE</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>Deliberação sobre as Emendas ao PLOA 2017 (PLN nº 18/2016)</b>	<b>15</b>

## COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

PRESIDENTE: Deputado Daniel Vilela

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque

(23 titulares e 23 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
<b>Maioria (PMDB)</b>			
Hélio José(PMDB)(21)(16)(4)	DF (61) 3303-6640/6645/6646	1 VAGO	
VAGO(30)(21)(22)		2 VAGO	
Marta Suplicy(PMDB)(21)(9)	SP (61) 3303-6510	3 VAGO	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)</b>			
Jorge Viana(PT)(2)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367	1 VAGO	
Regina Sousa(PT)(29)(25)(28)(2)	PI (61) 3303-9049 e 9050	2 VAGO	
Cristovam Buarque(PPS)(2)	DF (61) 3303-2281	3 Ivo Cassol(PP)(2)	RO (61) 3303.6328 / 6329
Gladson Cameli(PP)(2)	AC (61) 3303-1123/1223/1324/1347/4206/4207/4687/4688/1822	4 VAGO	
<b>Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)</b>			
Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342	1 Aloysio Nunes Ferreira(PSDB)	SP (61) 3303-6063/6064
Maria do Carmo Alves(DEM)(5)	SE (61) 3303-1306/4055	2 Ronaldo Caiado(DEM)(5)	GO (61) 3303-6439 e 6440
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)</b>			
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726
<b>Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>			
Zeze Perrella(PTB)(23)	MG (61) 3303-2191	1 Pedro Chaves(PSC)(26)(24)(23)	MS
<b>PMDB, PEN</b>			
Eros Biondini(PROS)	MG 3215-5321	1 Carlos Henrique Gaguim(PTN)	TO 3215-5222
Daniel Vilela(PMDB)(15)(12)	GO 3215-5471	2 Luiz Carlos Busato(PTB)	RS 3215-5570
Roberto Balestra(PP)	GO 3215-5219	3 Valdir Colatto(PMDB)(6)	SC 3215-5516
Sergio Souza(PMDB)	PR 3215-5702	4 Julio Lopes(PP)(12)(18)(14)	RJ 3215-5544
Jony Marcos(PRB)(8)	SE 3215-5807	5 Rômulo Gouveia(PSD)(13)	PB 3215-5411
<b>PT, PSD, PR, PROS, PCdoB</b>			
Angelim(PT)	AC 3215-5543	1 Alessandro Molon(REDE)	RJ 3215-5652
Leônidas Cristino(PDT)	CE 3215-5948	2 Átila Lins(PSD)(3)	AM 3215-5730
Jaime Martins(PSD)(3)	MG 3215-5904	3 Ivan Valente(PSOL)(11)	SP 3215-5716
Leonardo Monteiro(PT)(10)	MG 3215-5922	4 João Paulo Papa(PSDB)(17)	SP 3215-5476
<b>PSDB, PSB</b>			
Ricardo Tripoli(PSDB)	SP 3215-5241	1 Antonio Carlos Mendes Thame(PV)	SP 3215-5915
Arnaldo Jordy(PPS)(27)	PA 3215-5506	2 Janete Capiberibe(PSB)	AP 3215-5209
<b>PDT</b>			
Giovani Cherini(PR)	RS 3215-5468	1 Daniel Coelho(PSDB)(7)	PE 3215-5813

(1) Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

(2) Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

(3) Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

(4) O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

(5) Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

(6) Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

(7) Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.

(8) Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

(9) Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

(10) Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

(11) Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP, em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

(12) Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

(13) Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

- (14) Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
- (15) Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- (16) Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
- (17) Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.
- (18) Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.
- (19) Encerrado mandato de Presidente, Vice-Presidente e Relator do ano de 2015, em 25/02/2016, conforme art. 6º da Resolução nº4/20018-CN.
- (20) Mesa eleita em 16-03-2016.
- (21) Designados, como membros titulares, Hélio José, Dário Berger, Marta Suplicy em substituição, respectivamente, Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha, em 13-4-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 48, de 2016, da Liderança do PMDB.
- (22) Deixa de compor a Comissão nos termos do Ofício nº 103/2016, lido na sessão do Senado Federal de 09/06/2016 (DSF 10/06/2016), da Liderança do PMDB no Senado Federal.
- (23) Designado, como membro titular, o Senador Zeze Perrella, em substituição ao Senador Douglas Cintra, e, como membro suplente, o Senador Douglas Cintra, em vaga existente, em 4-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 16, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
- (24) Vago em virtude da reassunção do titular, Senador Armando Monteiro, em 09-05-2016 (Senado Federal).
- (25) Vago em virtude da reassunção da titular, Senadora Kátia Abreu, em 12/05/2016.
- (26) Designado, como membro suplente, a Senador Pedro Chaves, em vaga existente, em 23-5-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26, de 2016, da Liderança do Bloco Moderador.
- (27) Designado, como membro titular, o Deputado Arnaldo Jordy, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 1-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 105, de 2016, das Lideranças do PSB, PV e PPS.
- (28) Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 37, de 2016, da Liderança do PT.
- (29) Designada, como membro titular, a Senadora Regina Sousa, em vaga existente, em 2-6-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 37, de 2016, da Liderança do PT.
- (30) O Senador Dário Berger declinou de sua indicação em 10/06/2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 103/2016.

REUNIÕES ORDINÁRIAS:  
SECRETÁRIO(A): TIAGO TORRES DE LIMA BRUM  
TELEFONE-SECRETARIA: (61) 3303-3534  
FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES:  
E-MAIL: cocm@senado.gov.br  
WWW.SENADO.GOV.BR/ATIVIDADE/COMISSOES/COMISSAO.ASP  
?ORIGEM=CN&COM=1450



CONGRESSO NACIONAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
55ª LEGISLATURA**

**Em 18 de outubro de 2016**

**(terça-feira)**

**às 14h30**

**PAUTA**

**10ª Reunião**

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS  
CLIMÁTICAS - CMMC**

<b>1ª PARTE</b>	Deliberativa
<b>2ª PARTE</b>	Audiência Pública Interativa
<b>3ª PARTE</b>	Reunião de Trabalho
<b>4ª PARTE</b>	Deliberação sobre as Emendas ao PLOA 2017
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

## 1ª PARTE

### PAUTA

#### ITEM 1

#### COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 6 de 2016

*Requer a realização de Audiência Pública para oitiva do Professor Roberto Schaeffer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).*

**Autoria:** Deputado Daniel Vilela

**Textos da pauta:**

[Requerimento](#)

#### ITEM 2

#### COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS Nº 7 de 2016

*Requer aditamento ao RMC 6/2016, para adicionar convite ao Senhor Carlos Rittl, Secretário-Executivo do Observatório do Clima, para tratar do estudo elaborado pela equipe do Sistema de Estimativa de Emissão de Gases do Efeito Estufa - SEEG. Requer também que sejam convidados o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Relações Exteriores.*

**Autoria:** Deputado Daniel Vilela

**Textos da pauta:**

[Requerimento \(CMMC\)](#)

## 2ª PARTE

### Audiência Pública Interativa

#### **Assunto / Finalidade:**

Será discutido o estudo elaborado pela equipe do Sistema de Estimativa de Emissão de Gases do Efeito Estufa - SEEG, do Observatório do Clima, sobre a revisão das metas apresentadas pelo Brasil no Acordo do Clima de Paris, em decorrência dos valores divergentes obtidos no Segundo e no Terceiro inventários nacionais de emissões, de 2010 e 2016.

#### **Convidados:**

##### **Adriano Santhiago de Oliveira**

- Diretor do Departamento de Mudanças Climáticas da Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, do MMA  
(representante de: Ministério do Meio Ambiente)

**Luiz de Andrade Filho**

- Chefe da Divisão da Mudança do Clima do MRE  
(representante de: Ministério das Relações Exteriores)

**Carlos Rittl**

- Secretário-Executivo do Observatório do Clima

**3ª PARTE****Reunião de Trabalho****Finalidade:**

Reunião de Trabalho para tratar da incorporação da iNDC na Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)

**4ª PARTE****Deliberação sobre as Emendas ao PLOA 2017****Finalidade:**

Deliberação sobre as Emendas ao PLOA 2017 (PLN nº 18/2016)

**Anexos da Pauta**

[Emendas apresentadas ao PLN nº 18/2016 \(PLOA 2017\)](#)

[Quadro das Emendas ao PLN nº 18/2016](#)

[Relatório PLOA 2017](#)

## **1ª PARTE - DELIBERATIVA**

**1**

REQ 6 /2016

**REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**  
**(do Dep. Daniel Vilela)**

Requer a realização de Audiência Pública para oitiva do Professor Roberto Schaeffer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Senhores colegas parlamentares,

Nos termos dos artigos 24, inciso III; 117, VIII, e 255 e seguintes, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e do artigo 93, *caput* e inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requero a Vossas Excelências a aprovação do presente Requerimento visando a realização de Audiência Pública para a oitiva do Prof. Roberto Schaeffer, do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ), com a finalidade de discutir o estudo do qual o professor é co-autor, o qual demonstra a insuficiência das Contribuições Nacionalmente Determinadas Pretendidas (iNDCs) previstas no Acordo do Clima de Paris para conter o aumento da temperatura no limite de 2º C até o final deste século.

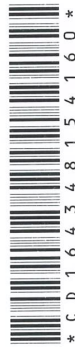
O professor Schaeffer era um dos convidados para a audiência realizada em primeiro de junho último, que tratou da *"Implementação da INDC brasileira: políticas públicas e legislação"*, mas infelizmente não pôde comparecer.

Ocorre que no dia 30 de junho foi publicado na conceituada revista *Nature*, o artigo *"Paris Agreement climate proposals need a boost to keep warming well below 2 °C"* de co-autoria do professor e outros nove pesquisadores, no qual mostram que o cumprimento integral das iNDCs apresentadas pelos Estados signatários do Acordo do Clima de Paris ainda será insuficiente para conter o aumento da temperatura no limite de 2º C até o final deste século.

Trata-se pois, de conhecimento essencial e urgente para os membros desta comissão, razão pela qual solicito a aprovação dos meus pares.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 2016.

  
**Deputado DANIEL VILELA**  
**PMDB/GO**



## **1ª PARTE - DELIBERATIVA**

**2**

REQ 7 /2016

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA  
(do Dep. Daniel Vilela)

Requer aditamento ao RMC 006/2016, para adicionar convite ao Senhor CARLOS RITL, secretário-executivo do Observatório do Clima.

Senhores colegas parlamentares,

Nos termos dos artigos 24, inciso III; 117, VIII, e 255 e seguintes, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e do artigo 93, *caput* e inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, solicito aos nobres colegas a aprovação do presente Requerimento, visando aditar o RMC 006/2016, a fim de que, na mesma oportunidade em que for ouvido o Prof. Roberto Schaeffer, seja também ouvido o senhor **CARLOS RITL**, secretário-executivo do Observatório do Clima, para tratar do estudo elaborado pela equipe do Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa – SEEG, daquele Observatório, trabalho recentemente divulgado.

O Observatório do Clima defende a revisão das metas apresentadas pelo Brasil no Acordo do Clima, em decorrência dos valores divergentes obtidos no Segundo e no Terceiro inventários nacionais de emissões, de 2010 e 2016, analisados no estudo citado. Essa divergência já fora abordada rapidamente pelos convidados numa das audiências da CMMC este ano. O estudo foi divulgado na semana anterior à cerimônia de ratificação do Acordo pelo Brasil, na qual o senhor RITL falou em nome da sociedade civil.

Outrossim, que sejam convidados para a mesma reunião representantes do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério das Relações Exteriores.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 2016.



Deputado DANIEL VILELA  
PMDB/GO



## **2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA**

**1**

## **3ª PARTE - REUNIÃO DE TRABALHO**

**1**

## **4ª PARTE - DELIBERAÇÃO SOBRE AS EMENDAS**

**1**



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 06/10/2016

Hora: 11:31

Página: 12 de 15

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

CMMC- IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

ANA

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.544.2084.20WI.0001

Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Nacional

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Bacia hidrográfica beneficiada(unidades/ano)

#### QUANTIDADE

70

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
4 Investimentos	30 Transf. a Est. e ao DF	3	150.000.000
TOTAL .....			150.000.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL .....						150.000.000

#### JUSTIFICATIVA

O Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas, que tem como objetivo promover a redução da vulnerabilidade nacional a essas mudanças será instrumento fundamental para a formulação de ações que garantam a segurança hídrica para os setores vitais da sociedade, protegendo. A implementação do Plano Nacional de recursos Hídricos, é um dos instrumentos que orienta a gestão das águas no Brasil. O objetivo é estabelecer um Pacto Nacional para definição de diretrizes e políticas públicas voltadas para a melhoria da oferta de água, em quantidade e qualidade, gerenciando as demandas e considerando ser a água um elemento estruturante para implementação das políticas setoriais.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

3789 - Fernando Bezerra Coelho



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 06/10/2016

Hora: 11:31

Página: 13 de 15

## ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

### EMENTA

CMMC- Monitoramento do Atendimento por Energia Elétrica

### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. de Minas e Energia

### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

25.752.2033.215Y.0001

Monitoramento do Atendimento das Demandas por Energia Elétrica

Nacional

### ESPECIFICAÇÃO DA META

Domicílio atendido(unidade)

### QUANTIDADE

100.000

### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

#### GND

4

Investimentos

#### MOD. APLICAÇÃO

30

Transf. a Est. e ao DF

#### RP

3

#### Valor Acrescido

10.000.000

TOTAL .....

10.000.000

### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

#### SEQUENCIAL

004202

#### FONTE

188

#### GND

9

Reserva de Contingência

#### MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

#### ID

0

#### RP

2

#### Valor Deduzido

10.000.000

TOTAL .....

10.000.000

### JUSTIFICATIVA

O Monitoramento do Atendimento das Demandas por Energia Elétrica traz uma melhor logística. Esse monitoramento se faz necessário para o controle de demandas e ao mesmo tempo para manter a qualidade e eficiência do mercado, dos encargos setoriais e modelos computacionais utilizados pelo setor e a expansão do mercado livre.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

### AUTOR DA EMENDA

3789 - Fernando Bezerra Coelho



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 06/10/2016

Hora: 11:31

Página: 14 de 15

3

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

## EMENTA

CMMC- Políticas de combate a seca

## MODALIDADE DA EMENDA

Individual

## TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

## LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

## COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

## ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

## UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

## FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.541.2050.20W2.0001

Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca

Nacional

## ESPECIFICAÇÃO DA META

Instrumento elaborado(unidade)

## QUANTIDADE

100

## ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

## GND

4

Investimentos

## MOD. APLICAÇÃO

40

Transf. a Municípios

## RP

3

## Valor Acrescido

250.000.000

TOTAL .....

250.000.000

## CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

## SEQUENCIAL

004202

## FONTE

188

## GND

9

Reserva de Contingência

## MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

## ID

0

## RP

2

## Valor Deduzido

250.000.000

TOTAL .....

250.000.000

## JUSTIFICATIVA

No Brasil, há um programa específico para tratar dos desafios advindos das alterações no clima, o "Mudanças Climáticas". Estabelecido pelo Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o programa está sob a responsabilidade dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério do Meio Ambiente. Além dos dois ministérios, a rubrica também recebe recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), que tem por finalidade financiar projetos, estudos e empreendimentos que visem à redução dos impactos da mudança do clima e à adaptação a seus efeitos. O projeto-atividade tem por finalidade a implementação dos planos estaduais e nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, além da implementação dos compromissos assumidos no âmbito da Cooperação Técnica Internacional e da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (UNCCD).

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

## AUTOR DA EMENDA

3789 - Fernando Bezerra Coelho



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 10/10/2016

Hora: 15:07

Página: 10 de 14

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

Emenda 1 para Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Reserva de Contingência

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

99.999.0999.0201.6498

Reserva de Contingência Fiscal - Primária

Reserva de Contingência - Fiscal

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

(-)

#### QUANTIDADE

15

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	20 Transf. A União	2	50.000.000
3 Outras Despesas Correntes	30 Transf. a Est. e ao DF	2	50.000.000
TOTAL .....			100.000.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL .....						100.000.000

#### JUSTIFICATIVA

##### Emenda CMMC - Educação

O governo brasileiro quando da realização da convenção das Nações Unidas na Conferência das Partes das Nações Unidas (COP 21) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) assumiu compromissos de redução de 37% na emissão de Gases Efeitos Estufas até 2025 e de 43% na redução gás carbônico até 2030.

Para realizar este compromisso exige-se a participação dos do setor produtivo, dos consumidores, enfim da sociedade como um todo. As universidades e centros de educação profissional e tecnológica poderão oferecer ao corpo discente conteúdos programáticos na grade escolar de modo a apresentar alternativas mitigadoras aos efeitos danosos das emissões de GEE's e de CO2.

O objetivo desta emenda é o de apoiar a produção de material didático-pedagógico e de ministrar conteúdos técnicos nas grades estudantis nas Entidades de Ensino Superior e de Educação Profissional Tecnológica nos Programas do MEC 2080 - Educação e qualidade para todos, respectivamente as ações 20GK, e, 0048 e 20RG, nas Universidades Estaduais

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

3809 - Sergio Souza



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 10/10/2016

Hora: 15:07

Página: 11 de 14

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

Emenda 2 Comissão Mista de Mudanças Climáticas

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

Reserva de Contingência

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

99.999.0999.0Z01.6498

Reserva de Contingência Fiscal - Primária

Reserva de Contingência - Fiscal

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

(-)

#### QUANTIDADE

1

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

##### GND

3 Outras Despesas Correntes

##### MOD. APLICAÇÃO

20 Transf. A União

##### RP

2

##### Valor Acrescido

70.000.000

TOTAL .....

70.000.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

##### SEQUENCIAL

004202

##### FONTE

188

##### GND

9

Reserva de Contingência

##### MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

##### ID

0

##### RP

2

##### Valor Deduzido

70.000.000

TOTAL .....

70.000.000

#### JUSTIFICATIVA

##### Emenda CMMC – Meio Ambiente

O governo brasileiro quando da realização da convenção das Nações Unidas na Conferência das Partes das Nações Unidas (COP 21) da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) assumiu compromissos de redução de 37% na emissão de Gases Efeitos Estufas até 2025 e de 43% na redução gás carbônico até 2030.

O Ministério do Meio Ambiente, por meio da Ação 20VY - Apoio a Implantação da Política Nacional de Educação Ambiental, objetiva contribuir com a adoção de comportamentos proativos e sustentáveis, pela sociedade brasileira face aos novos desafios da sustentabilidade global, por meio de processos de formação e acesso à informação e comunicação ambiental.

O objetivo desta emenda é a de fortalecer a ação de educação ambiental do MMA, de modo a inserir nas suas plataformas de comunicação os compromissos brasileiro definidos na COP 21 acompanhado de sugestões de medidas mitigadoras ao cumprimento das metas.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

3809 - Sergio Souza



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 11/10/2016  
Hora: 15:05  
Página: 79 de 104

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

CMMC1 - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.544.2084.20VR.0001

Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas

Nacional

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Sub-bacia com intervenção realizada(unidade)

#### QUANTIDADE

10

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	30.000.000
TOTAL .....			30.000.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	30.000.000
TOTAL .....						30.000.000

#### JUSTIFICATIVA

Promoção e apoio às atividades de recuperação, conservação, preservação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais; implementação de atividades socioambientais e de revitalização ambiental: reflorestamento, recuperação de áreas de proteção permanente, recomposição da cobertura vegetal, redução dos processos erosivos, mitigação de impactos ambientais, melhoria e gestão dos recursos pesqueiros, conservação da biodiversidade, promoção da educação ambiental, mobilização e capacitação socioambiental, articulação interinstitucional e sociocultural; apoio e disseminação de técnicas agrícolas sustentáveis; apoio à atividades ecológicas em comunidades tradicionais; promoção de atividades ecoturísticas. Objetiva-se, com isso, recuperar, conservar, preservar e recompor os recursos naturais das bacias hidrográficas, visando a revitalização e o desenvolvimento sustentável destas.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

2069 - Cristovam Buarque

*Cristovam Buarque*

7



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 11/10/2016  
Hora: 15:05  
Página: 80 de 104

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

CMMC2 - Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.542.2083.20W6.0001

Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Nacional

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Política implementada(unidade)

#### QUANTIDADE

5

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

##### GND

3

Outras Despesas Correntes

##### MOD. APLICAÇÃO

90

Aplic. Diretas

##### RP

2

##### Valor Acrescido

15.000.000

TOTAL .....

15.000.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

##### SEQUENCIAL

004202

##### FONTE

188

##### GND

9

Reserva de Contingência

##### MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

##### ID RP

0

2

##### Valor Deduzido

15.000.000

TOTAL .....

15.000.000

#### JUSTIFICATIVA

As ações tem como objetivo implementar instrumentos estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, consistindo na revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, operacionalização do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), apoio à elaboração dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos, implantação do Sistema de Registro de Emissões e Transferência de Poluentes, bem como das ações necessárias para permitir a celebração de Acordos Setoriais relativos às cadeias prioritárias de logística reversa e promoção de capacitação em gestão de resíduos sólidos. Melhorar a condição técnica dos profissionais, da tecnologia local, das práticas de gerenciamento dos resíduos sólidos, resíduos perigosos e áreas contaminadas. Objetiva-se, com isso, elevar a capacidade técnica, administrativa e gerencial dos entes federados e dos prestadores de serviço, em relação ao tratamento e gerenciamento dos resíduos e das áreas contaminadas.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

2069 - Cristovam Buarque

*Cristovam Buarque*



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 11/10/2016

Hora: 15:05

Página: 81 de 104

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

CMMC3 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Voltados à Qualidade Ambiental Urbana

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.541.2083.217Q.0001

Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Voltados à Qualidade Ambiental Urbana

Nacional

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

#### QUANTIDADE

40

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	20.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	20.000.000
TOTAL .....			40.000.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	40.000.000
TOTAL .....						40.000.000

#### JUSTIFICATIVA

Projetos de estudos e obras de desenvolvimento ambiental sustentável nos Municípios, nos Estados, no Distrito Federal e na União, pressupondo contrapartida dos entes beneficiados, visando a qualidade ambiental urbana.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

2069 - Cristovam Buarque



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 11/10/2016  
Hora: 15:05  
Página: 82 de 104

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

CMMC4 - Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.541.2078.20VP.0001

Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza - BOLSA VERDE

Nacional

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Família atendida(unidade)

#### QUANTIDADE

114.000

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	147.652.970
TOTAL .....			147.652.970

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	147.652.970
TOTAL .....						147.652.970

#### JUSTIFICATIVA

Promoção da conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável; e promoção da cidadania, da melhoria das condições de vida e da elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural. Realização de pagamento financeiro trimestral a famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em: a) Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Ucs); b) Assentamentos Ambientalmente Diferenciados de Reforma Agrária do INCRA; c) Territórios ocupados por ribeirinhos, extrativistas, populações indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais; d) além de outras áreas rurais definidas como prioritárias por ato do Poder Executivo. Manutenção das atividades executadas pelo agente operador do Bolsa Verde. Desenvolvimento e manutenção de cadastro e sistema do Programa. Custeio das atividades voltadas para o monitoramento ambiental das áreas objeto do Programa; monitoramento amostral, incluindo ações de auditoria e controle; capacitação e assistência técnica aos beneficiários; cadastramento de famílias; fiscalização e auditoria das bases do Cadastro de Beneficiários e de benefícios. Promoção de Ações de Inclusão Socioprodutivas previstas no âmbito do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Bolsa Verde.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

2069 - Cristovam Buarque



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 11/10/2016

Hora: 15:05

Página: 83 de 104

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

CMMC5 - Conservação de Ecossistemas

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.541.2078.20VN.0001

Conservação de Ecossistemas

Nacional

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Ação desenvolvida(unidade)

#### QUANTIDADE

6

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

##### GND

3

Outras Despesas Correntes

##### MOD. APLICAÇÃO

90

Aplic. Diretas

##### RP

2

##### Valor Acrescido

166.000

TOTAL .....

166.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

##### SEQUENCIAL

004202

##### FONTE

188

##### GND

9

Reserva de Contingência

##### MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

##### ID RP

0

2

##### Valor Deduzido

166.000

TOTAL .....

166.000

#### JUSTIFICATIVA

Atualização e implementação de áreas e ações prioritárias para conservação, uso sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas, zona costeira e marinha e em nível de ecossistemas; Elaboração e implementação do Programa Nacional de Monitoramento da Cobertura e do Uso das Terras dos Biomas. Implementação das metas nacionais de biodiversidade para atender à Convenção da Diversidade Biológica: (meta 2: Até 2020, ..., os valores da biodiversidade, geodiversidade e sociodiversidade serão integrados em estratégias nacionais e locais de desenvolvimento e erradicação da pobreza e redução da desigualdade, sendo incorporado em contas nacionais, ..., e em procedimentos de planejamento e sistemas de relatoria); (meta 3: Até 2020, ..., Incentivos positivos para a conservação e uso sustentável de biodiversidade terão sido elaborados e aplicados, de forma consistente ..., levando em conta as condições socioeconômicas nacionais e regionais.); (Meta Nacional 5: Até 2020 a taxa de perda de ambientes nativos será reduzida em pelo menos 50% (em relação às taxas de 2009) e, na medida do possível, levada a perto de zero e a degradação e fragmentação terão sido reduzidas significativamente em todos os biomas); (Meta 10: Até 2015, as múltiplas pressões antropogênicas sobre recifes de coral, e demais ecossistemas impactadas por mudança de clima ou acidificação oceânica, terão sido minimizadas para que sua integridade e funcionamento sejam mantidos.); (Meta 14: Até 2020, ecossistemas provedores de serviços essenciais, inclusive serviços relativos à água e que contribuem à saúde, meios de vida e bem-estar, terão sido restaurados e preservados, ...); (meta 15: Até 2020, a resiliência de ecossistemas e a contribuição da biodiversidade para estoques de carbono terão sido aumentadas através de ações de conservação e recuperação, inclusive por meio da recuperação de pelo menos 15% dos ecossistemas degradados, priorizando biomas, bacias hidrográficas e ecorregiões mais devastados, contribuindo para mitigação e adaptação à mudança climática e para o combate à desertificação).

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

2069 - Cristovam Buarque



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 11/10/2016  
Hora: 15:05  
Página: 84 de 104

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA	
CMMC6 - Dessalinização de Água - Água Doce	
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA
Individual	Aprop.- Acréscimo
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Orçamento Fiscal	M. do Meio Ambiente
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO	
18.544.2069.8695.0001	
Dessalinização de Água - Água Doce	
Nacional	

ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
Sistema implantado(unidade)	45

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	5.871.307
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	5.871.307
TOTAL .....			11.742.614

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	11.742.614
TOTAL .....						11.742.614

#### JUSTIFICATIVA

Recuperação, instalação e apoio à gestão de sistemas de dessalinização de águas subterrâneas salobras e salinas captadas por meio de poços tubulares. Em sua metodologia o programa incorpora os cuidados ambientais na destinação do efluente gerado no processo de dessalinização e promove uma gestão compartilhada dos sistemas implantados ou recuperados, com participação ativa da comunidade e o envolvimento dos municípios e estados. Onde as condições permitirem os sistemas de dessalinização serão associados à sistemas produtivos, que possuem como base o aproveitamento múltiplo do concentrado resultante do processo de dessalinização, com base nos princípios da economia popular, solidária e sustentável, contribuindo, assim, para o aumento de renda e a segurança alimentar de seus beneficiários. Ressalta-se a importância do componente de gestão, onde estão previstas atividades de formação de recursos humanos e mobilização social, a realização de diagnóstico socioambiental das localidades a serem beneficiadas e o monitoramento e manutenção preventiva dos sistemas de dessalinização. Tais ações visam contribuir com a sustentabilidade do programa ajudando na oferta continuada de água de boa qualidade nas comunidades atendidas pelo programa. O desenvolvimento da ação seguirá o estabelecido no Documento Base do Programa Água Doce e nos Planos Estaduais de Implementação do Água Doce, construídos de forma descentralizada e participativa. Objetiva-se, com isso, coordenar, promover e disciplinar a instalação, recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização de água, ambiental e socialmente sustentáveis, visando o estabelecimento de uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para o consumo humano, para atender, prioritariamente, populações residentes em comunidades rurais do semiárido brasileiro.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

2069 - Cristovam Buarque



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 11/10/2016

Hora: 15:05

Página: 85 de 104

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

CMMC7- Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.544.2084.20VS.0001

Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Nacional

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Política formulada(unidade)

#### QUANTIDADE

1

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	27.000.000
TOTAL .....			27.000.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	27.000.000
TOTAL .....						27.000.000

#### JUSTIFICATIVA

Elaboração e revisões do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH; implantação do Sistema de Gerenciamento do PNRH; elaboração e divulgação de informes anuais da implementação do PNRH; apoio à elaboração ou revisão dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos; apoio ao funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; apoio a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas; pactuação de agenda estratégica no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos; elaboração de estudos estratégicos para apoio à formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos; cooperação internacional para a gestão dos recursos hídricos transfronteiriços; cooperação com os Estados da Federação para o desenvolvimento de diretrizes para a gestão das águas subterrâneas; apoio ao desenvolvimento de materiais e metodologias para a capacitação em educação ambiental para a gestão dos recursos hídricos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

2069 - Cristovam Buarque



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 11/10/2016

Hora: 15:05

Página: 86 de 104

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

CMMC8 - Fomento para a Melhoria da Qualidade Ambiental

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.542.2083.20VX.0001

Fomento para a Melhoria da Qualidade Ambiental

Nacional

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

#### QUANTIDADE

250

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

##### GND

3 Outras Despesas Correntes

##### MOD. APLICAÇÃO

90 Aplic. Diretas

##### RP

2

##### Valor Acrescido

25.000.000

TOTAL .....

25.000.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

##### SEQUENCIAL

004202

##### FONTE

188

##### GND

9

Reserva de Contingência

##### MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

##### ID RP

0 2

##### Valor Deduzido

25.000.000

TOTAL .....

25.000.000

#### JUSTIFICATIVA

Criação de mecanismos normativos, econômicos e arranjos institucionais, bem como formação e capacitação de técnicos. Objetiva-se com isso reduzir a geração e liberação de contaminantes ambientais e promover sua gestão sustentável, e ainda apoio / viabilização da execução de projetos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

2069 - Cristovam Buarque



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 13/10/2016

Hora: 16:26

Página: 26 de 57

# ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

## EMENTA

CMMC - Ministério do Meio Ambiente - Revitalização de Bacias

## MODALIDADE DA EMENDA

Individual

## TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

## LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

## COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

## ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

## UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

## FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.544.2084.20VR.0001

Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas

Nacional

## ESPECIFICAÇÃO DA META

Sub-bacia com intervenção realizada(unidade)

## QUANTIDADE

6

## ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	10.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	90.000.000
TOTAL .....			100.000.000

## CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL .....						100.000.000

## JUSTIFICATIVA

Atualmente, as nossas Bacias passam por um processo, extremamente agressivo, em termos ambientais, comprometendo, para o todo o País, a segurança alimentar, energética e a garantia do abastecimento de água, com qualidade, para o consumo humano. Recentemente tivemos a crise de desabastecimento que assolou a região Sudeste, notadamente São Paulo, e, hoje, sentimos os efeitos desse processo, até mesmo no Distrito Federal, onde os reservatórios atingiram níveis alarmantes.

@As bacias apresentam os mais diversos tipos de problemas ambientais, como por exemplo: uso indiscriminado dos solos para a agricultura; degradação pelos esgotos de uma maneira geral; assoreamento; desmatamento das matas ciliares e nascentes, que comprometem a sua qualidade ambiental, bem como a dos berçários de espécies nativas e endêmicas, inclusive, podendo refletir negativamente em unidades de conservação associadas a estas bacias.

@O desmatamento, intenso, por sua vez, notadamente objetivando a implantação de projetos agropecuários, principalmente a implantação de monoculturas, esta, intimamente ligado a ocorrência de queimadas e incêndios florestais.

Nas regiões com maior adensamento populacional a principal agressão se materializa pelo lançamento de efluentes industriais e domésticos, inclusive hospitalares, não tratados, como no caso de matadouros públicos, esgotamento sanitário e a presença de lixo a céu aberto.

@Assim ações voltadas ao saneamento básico, tratamento de resíduos sólidos, perenização dos rios intermitentes, gestão hídrica dos reservatórios, proteção de nascentes perenes e intermitentes, reflorestamento da mata ciliar e das nascentes, recuperação das áreas degradadas, deverão ser efetivadas, objetivando a garantia da proteção da biodiversidade de toda a região, a oferta de água potável em quantidade e qualidade adequadas além da recuperação da navegabilidade do rio, deverão ser implementadas, com urgência. Para tanto, mister se faz, a aprovação da presente emenda.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

## AUTOR DA EMENDA

3791 - Hélio José



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 13/10/2016

Hora: 16:26

Página: 25 de 57

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

CMMC - Ministério do Meio Ambiente - Resíduos Sólidos

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.542.2083.20W6.0001

Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Nacional

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Política implementada(unidade)

#### QUANTIDADE

50

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	50.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	100.000.000
TOTAL .....			150.000.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL .....						150.000.000

#### JUSTIFICATIVA

A exata dimensão da importância da gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, no Planeta, em nível de pós-consumo, ganha contornos mais dramáticos, no momento em que a humanidade ultrapassa a casa de 7 bilhões de habitantes. Apenas no Brasil, conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, temos a geração de mais de 200 mil toneladas de resíduos por dia.

Apesar de o tema ter conquistado grande espaço no cotidiano de algumas metrópoles, na maior parte das cidades a coleta seletiva e a reciclagem ainda não são efetivas, mesmo diante do imenso volume de resíduos produzidos. Outro desafio, que ainda não foi superado desde o surgimento da lei, é fazer com que as oportunidades abertas pela logística reversa sejam compreendidas em toda a sua extensão pelo setor produtivo.

A situação dos lixões, com o não cumprimento do prazo estipulado de 02 de agosto de 2014 para a definitiva desativação, é extremamente preocupante.

Estima-se que dos 5.570 municípios brasileiros, 2.202 construíram aterros sanitários adequados à destinação dos seus resíduos sólidos. Precisamos equacionar o problema dos 3.368 municípios que não desativaram seus lixões, independentemente do porte de cada cidade. Até mesmo Brasília está inserida neste contexto, com o Lixão da Estrutural, considerado o maior lixão da América Latina, ainda em plena atividade.

Também a questão da proliferação do *Aedes aegypti* em função da não implementação adequada da PNRS, precisa ser enfrentada, como estratégia para inibir o desenvolvimento de doenças.

Desta forma, precisamos aprovar a presente emenda, objetivando a efetiva implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

3791 - Hélio José



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 13/10/2016

Hora: 16:26

Página: 24 de 57

# ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA	
CMMC - Ministério do meio Ambiente - Controle do Desmatamento	
MODALIDADE DA EMENDA	TIPO DE EMENDA
Individual	Aprop.- Acréscimo
LOCALIDADE BENEFICIADA	
9000000 - Nacional	
COMPLEMENTO DA LOCALIDADE	
ESFERA ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA
Orçamento Fiscal	M. do Meio Ambiente
FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO	
18.542.2050.20VU.0001	
Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento no âmbito da União, Estados e Municípios	
Nacional	
ESPECIFICAÇÃO DA META	QUANTIDADE
Política estabelecida(unidade)	10

## ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	20.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	80.000.000
TOTAL .....			100.000.000

## CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL .....						100.000.000

## JUSTIFICATIVA

O 5º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas, ocorrido em novembro de 2014, em Copenhague, enfatizou, dentre outras recomendações, a importância de diminuir os índices de desmatamento, como estratégia para se buscar a diminuição das emissões dos gases responsáveis pelo aquecimento global.

Desta forma, e considerando o Acordo de Paris, o Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e apresentou o indicativo de redução de 43%, até 2030. Ambos são comparados aos níveis de 2005.

Para que isto aconteça, o Brasil deverá até 2030 acabar com desmatamento ilegal no país, além de restaurar e o reflorestar 12 milhões de hectares e recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e integrar 5 milhões de hectares de lavoura, pecuária e floresta.

Por outro lado, a origem da crise hídrica que assola o nosso País está associada ao processo de desmatamento dos biomas nacionais, levando ao desabastecimento e comprometendo a segurança alimentar e energética.

À luz de todo o exposto, a aprovação da presente emenda se torna vital para que o Brasil possa vir a cumprir, a contento, o seu compromisso junto ao Acordo de Paris, garantindo qualidade de vida para toda a população.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

3791 - Hélio José



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 13/10/2016

Hora: 16:26

Página: 23 de 57

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

CMMC - Ministério do Meio Ambiente - Consolidação de UCS - Rec. Fundiária

MODALIDADE DA EMENDA  
IndividualTIPO DE EMENDA  
Aprop.- AcréscimoLOCALIDADE BENEFICIADA  
9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA  
Orçamento FiscalUNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA  
M. do Meio Ambiente

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.541.2078.20LX.0001

Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Iniciativa apoiada(unidade)

QUANTIDADE

200

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
5 Inversões Financeiras	90 Aplic. Diretas	2	200.000.000
TOTAL .....			200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	200.000.000
TOTAL .....						200.000.000

#### JUSTIFICATIVA

As unidades de conservação representam uma das melhores estratégias de proteção aos atributos e patrimônio naturais, inclusive à luz dos compromissos assumidos pelo Brasil, no âmbito do Acordo de Paris. Nestas áreas, a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção da biodiversidade.

No Brasil 326 Unidades de Conservação federais são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

@@@ Hoje temos dezenas de milhões de hectares protegidos no país, o que faz do Brasil uma das nações do mundo que mais protege seus ecossistemas.

O processo de regularização fundiária, de qualquer unidade de conservação, possibilita a plena assunção do Poder Público em termos de gestão sobre a mesma, podendo, assim, agir, diretamente, sobre os focos dos mais diversos tipos de agressões ambientais e na busca de seus objetivo maior de proteção da biodiversidade.

Assim, unidades de conservação tais como a Reserva Biológica do Gurupi (MA), o Parque Nacional do Itatiaia (RJ/MG), o Parque Nacional da Serra da Canastra (MG), o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (MA/PI/TO/BA), o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (MS), o Parque Nacional da Chapada das Mesas (MA), o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), o Parque Nacional de São Joaquim (SC) e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, são exemplos prioritários, que demandam regularização urgente, e que não são contempladas com os recursos oriundos da compensação ambiental, quando do licenciamento ambiental de empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores, de que trata a Lei do SNUC.

@

Por outro lado, os recursos previstos no Orçamento da União para 2016, são, totalmente insuficientes para este fim, o que torna imperiosa a aprovação da presente emenda.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA.

AUTOR DA EMENDA

3791 - Hélio José



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 13/10/2016

Hora: 16:26

Página: 22 de 57

# ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

## EMENTA

CMMC - Ministério do Meio Ambiente - Combate à Desertificação

## MODALIDADE DA EMENDA

Individual

## TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

## LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

## COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

## ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

## UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

## FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.541.2050.20W2.0001

Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca

Nacional

## ESPECIFICAÇÃO DA META

Instrumento elaborado(unidade)

## QUANTIDADE

30

## ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	20.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	80.000.000
TOTAL .....			100.000.000

## CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL .....						100.000.000

## JUSTIFICATIVA

A Agenda 21, em seu capítulo 12, definiu a desertificação como sendo "a degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas", sendo que, por "degradação da terra" se entende a degradação dos solos, dos recursos hídricos, da vegetação e a redução da qualidade de vida das populações afetadas.

@@@Realmente, a intensificação do processo de desertificação, infelizmente, se traduz na forma mais agressiva de manifestação das mudanças climáticas.

@@@O Brasil é signatário da Convenção para o Combate à Desertificação das Nações Unidas – UNCCD, ratificada em 12 de junho de 1997, por meio do Decreto Legislativo nº 28 e promulgada em 20 de agosto de 1998, por meio do Decreto nº 2741.

@@@

@@@De forma geral, podemos dizer que a desertificação atinge, no Nordeste (região mais afetada), uma área de mais de 900.000 km², afetando, diretamente, mais de 15 milhões de brasileiros, constituindo o problema ambiental que atinge a maior área e o maior número de pessoas no País.

@@@Combater a desertificação implica em influir no comportamento social, econômico e político da sociedade. Nesse sentido, não consiste apenas em combater erosão, salinização, assoreamento ou tantas outras consequências mas, sim, em eliminar as causas que provocam essas consequências.

@@@O Programa Nacional de Combate à Desertificação – PAN-BRASIL - tem como objetivo geral estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e execução de políticas públicas e investimentos privados nas Áreas Suscetíveis à Desertificação, no contexto das políticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca e de promoção do desenvolvimento sustentável.

@@@O PAN-BRASIL é fruto de um processo de envolvimento e participação social, considerando o conhecimento da situação dos processos de desertificação.

@@@A situação do Brasil é preocupante e demandará, de todos nós, a assunção de uma postura proativa, objetivando a efetiva implementação do PAN-BRASIL, bem como o cumprimento "in totum" da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação e, acima de tudo, a revisão de nossos processos produtivos e a adoção das medidas de recuperação das áreas por eles degradadas.

Assim, precisamos contar com a aprovação desta Emenda, propiciando a liberação dos recursos adicionais necessários para que possamos atingir os objetivos que almejamos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

## AUTOR DA EMENDA

3791 - Hélio José



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 14/10/2016

Hora: 14:23

Página: 18 de 18

19

# ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

## EMENTA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - REVITALIZAÇÃO DE BACIAS

## MODALIDADE DA EMENDA

Individual

## TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

## LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

## COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

## ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

## UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

## FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.544.2084.20VR.0001

Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas

Nacional

## ESPECIFICAÇÃO DA META

Sub-bacia com intervenção realizada(unidade)

## QUANTIDADE

6

## ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	10.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	90.000.000
TOTAL .....			100.000.000

## CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL .....						100.000.000

## JUSTIFICATIVA

Atualmente, as nossas Bacias passam por um processo, extremamente agressivo, em termos ambientais, comprometendo, para o todo o País, a segurança alimentar, energética e a garantia do abastecimento de água, com qualidade, para o consumo humano. Recentemente tivemos a crise de desabastecimento que assolou à região Sudeste, notadamente São Paulo, e, hoje, sentimos os efeitos desse processo, até mesmo no Distrito Federal, onde os reservatórios atingiram níveis alarmantes.

@@As bacias apresentam os mais diversos tipos de problemas ambientais, como por exemplo: uso indiscriminado dos solos para a agricultura; degradação pelos esgotos de uma maneira geral; assoreamento; desmatamento das matas ciliares e nascentes, que comprometem a sua qualidade ambiental, bem como a dos berçários de espécies nativas e endêmicas, inclusive, podendo refletir negativamente em unidades de conservação associadas a estas bacias.

@@O desmatamento, intenso, por sua vez, notadamente objetivando a implantação de projetos agropecuários, principalmente a implantação de monoculturas, esta, intimamente ligado a ocorrência de queimadas e incêndios florestais.

Nas regiões com maior adensamento populacional a principal agressão se materializa pelo lançamento de efluentes industriais e domésticos, inclusive hospitalares, não tratados, como no caso de matadouros públicos, esgotamento sanitário e a presença de lixo a céu aberto.

@ Assim ações voltadas ao saneamento básico, tratamento de resíduos sólidos, perenização dos rios intermitentes, gestão hídrica dos reservatórios, proteção de nascentes perenes e intermitentes, reflorestamento da mata ciliar e das nascentes, recuperação das áreas degradadas, deverão ser efetivadas, objetivando a garantia da proteção da biodiversidade de toda a região, a oferta de água potável em quantidade e qualidade adequadas além da recuperação da navegabilidade do rio, deverão ser implementadas, com urgência. Para tanto, mister se faz, a aprovação da presente emenda.

@@@

SARNEY FILHO

Ministro de Estado do Meio Ambiente.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

## AUTOR DA EMENDA

3843 - Pedro Chaves



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018 / 2016 - LOA

Data: 14/10/2016

Hora: 14:23

Página: 17 de 18

20

# ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

## EMENTA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - RESÍDUOS SÓLIDOS

## MODALIDADE DA EMENDA

Individual

## TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

## LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

## COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

## ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

## UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

## FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.542.2083.20W6.0001

Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Nacional

## ESPECIFICAÇÃO DA META

Política implementada(unidade)

## QUANTIDADE

50

## ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	50.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	100.000.000
TOTAL .....			150.000.000

## CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	150.000.000
TOTAL .....						150.000.000

## JUSTIFICATIVA

A exata dimensão da importância da gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, no Planeta, em nível de pós-consumo, ganha contornos mais dramáticos, no momento em que a humanidade ultrapassa a casa de 7 bilhões de habitantes. Apenas no Brasil, conforme dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, temos a geração de mais de 200 mil toneladas de resíduos por dia.

Apesar de o tema ter conquistado grande espaço no cotidiano de algumas metrópoles, na maior parte das cidades a coleta seletiva e a reciclagem ainda não são efetivas, mesmo diante do imenso volume de resíduos produzidos. Outro desafio, que ainda não foi superado desde o surgimento da lei, é fazer com que as oportunidades abertas pela logística reversa sejam compreendidas em toda a sua extensão pelo setor produtivo.

A situação dos lixões, com o não cumprimento do prazo estipulado de 02 de agosto de 2014 para a definitiva desativação, é extremamente preocupante.

Estima-se que dos 5.570 municípios brasileiros, 2.202 construíram aterros sanitários adequados à destinação dos seus resíduos sólidos. Precisamos equacionar o problema dos 3.368 municípios que não desativaram seus lixões, independentemente do porte de cada cidade. Até mesmo Brasília está inserida neste contexto, com o Lixão da Estrutural, considerado o maior lixão da América Latina, ainda em plena atividade.

Também a questão da proliferação do Aedes aegypti em função da não implementação adequada da PNRS, precisa ser enfrentada, como estratégia para inibir o desenvolvimento de doenças.

Desta forma, precisamos aprovar a presente emenda, objetivando a efetiva implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

@

SARNEY FILHO

Ministro de Estado do Meio Ambiente

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

## AUTOR DA EMENDA

3843 - Pedro Chaves



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 14/10/2016

Hora: 14:23

Página: 16 de 18

21

# ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

## EMENTA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - CONTROLE DO DESMATAMENTO

## MODALIDADE DA EMENDA

Individual

## TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

## LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

## COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

## ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

## UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

## FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.542.2050.20VU.0001

Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento no âmbito da União, Estados e Municípios

Nacional

## ESPECIFICAÇÃO DA META

Política estabelecida(unidade)

## QUANTIDADE

10

## ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND		MOD. APLICAÇÃO		RP	Valor Acrescido
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplic. Diretas	2	20.000.000
4	Investimentos	90	Aplic. Diretas	2	80.000.000
TOTAL .....					100.000.000

## CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL .....						100.000.000

## JUSTIFICATIVA

O 5º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) das Nações Unidas, ocorrido em novembro de 2014, em Copenhague, enfatizou, dentre outras recomendações, a importância de diminuir os índices de desmatamento, como estratégia para se buscar a diminuição das emissões dos gases responsáveis pelo aquecimento global.

Desta forma, e considerando o Acordo de Paris, o Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e apresentou o indicativo de redução de 43%, até 2030. Ambos são comparados aos níveis de 2005.

Para que isto aconteça, o Brasil deverá até 2030 acabar com desmatamento ilegal no país, além de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares e recuperar 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e integrar 5 milhões de hectares de lavoura, pecuária e floresta.

Por outro lado, a origem da crise hídrica que assola o nosso País está associada ao processo de desmatamento dos biomas nacionais, levando ao desabastecimento e comprometendo a segurança alimentar e energética.

À luz de todo o exposto, a aprovação da presente emenda se torna vital para que o Brasil possa vir a cumprir, a contento, o seu compromisso junto ao Acordo de Paris, garantindo qualidade de vida para toda a população.

SARNEY FILHO

MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

## AUTOR DA EMENDA

3843 - Pedro Chaves



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 14/10/2016

Hora: 14:23

Página: 15 de 18

22

# ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

EMENTA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - CONSOLIDAÇÃO DE UC'S - REG. FUNDIÁRIA

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.541.2078.20LX.0001

Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Iniciativa apoiada(unidade)

QUANTIDADE

200

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

MOD. APLICAÇÃO

RP

Valor Acrescido

5

Inversões Financeiras

90

Aplic. Diretas

2

200.000.000

TOTAL .....

200.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

FONTE

GND

MOD. APLICAÇÃO

ID

RP

Valor Deduzido

004202

188

9

Reserva de Contingência

99

A Definir

0

2

200.000.000

TOTAL .....

200.000.000

## JUSTIFICATIVA

As unidades de conservação representam uma das melhores estratégias de proteção aos atributos e patrimônio naturais, inclusive à luz dos compromissos assumidos pelo Brasil, no âmbito do Acordo de Paris. Nestas áreas, a fauna e a flora são conservadas, assim como os processos ecológicos que regem os ecossistemas, garantindo a manutenção da biodiversidade.

No Brasil 326 Unidades de Conservação federais são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

@@@ Hoje temos dezenas de milhões de hectares protegidos no país, o que faz do Brasil uma das nações do mundo que mais protege seus ecossistemas.

O processo de regularização fundiária, de qualquer unidade de conservação, possibilita a plena assunção do Poder Público em termos de gestão sobre a mesma, podendo, assim, agir, diretamente, sobre os focos dos mais diversos tipos de agressões ambientais e na busca de seus objetivo maior de proteção da biodiversidade.

Assim, unidades de conservação tais como a Reserva Biológica do Gurupi (MA), o Parque Nacional do Itatiaia (RJ/MG), o Parque Nacional da Serra da Canastra (MG), o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba (MA/PI/TO/BA), o Parque Nacional da Serra da Bodoquena (MS), o Parque Nacional da Chapada das Mesas (MA), o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO), o Parque Nacional de São Joaquim (SC) e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, são exemplos prioritários, que demandam regularização urgente, e que não são contempladas com os recursos oriundos da compensação ambiental, quando do licenciamento ambiental de empreendimentos efetiva ou potencialmente poluidores, de que trata a Lei do SNUC.

@

Por outro lado, os recursos previstos no Orçamento da União para 2016, são, totalmente insuficientes para este fim, o que torna imperiosa a aprovação da presente emenda.

SARNEY FILHO

Ministro de Estado do Meio Ambiente

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

3843 - Pedro Chaves



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO**  
**SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS**  
**PLN 0018/2016 - LOA**

Data: 14/10/2016

Hora: 14:23

Página: 13 de 18

23

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

## EMENTA

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

## MODALIDADE DA EMENDA

Individual

## TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

## LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

## COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

## ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

## UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

## FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.541.2050.20W2.0001

Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca

Nacional

## ESPECIFICAÇÃO DA META

Instrumento elaborado(unidade)

## QUANTIDADE

30

## ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	20.000.000
4 Investimentos	90 Aplic. Diretas	2	80.000.000
TOTAL .....			100.000.000

## CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	100.000.000
TOTAL .....						100.000.000

## JUSTIFICATIVA

A Agenda 21, em seu capítulo 12, definiu a desertificação como sendo "a degradação da terra nas regiões áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas", sendo que, por "degradação da terra" se entende a degradação dos solos, dos recursos hídricos, da vegetação e a redução da qualidade de vida das populações afetadas.

@@@Realmente, a intensificação do processo de desertificação, infelizmente, se traduz na forma mais agressiva de manifestação das mudanças climáticas.

@@@O Brasil é signatário da Convenção para o Combate à Desertificação das Nações Unidas – UNCCD, ratificada em 12 de junho de 1997, por meio do Decreto Legislativo n° 28 e promulgada em 20 de agosto de 1998, por meio do Decreto n° 2741.

@@@

@@@De forma geral, podemos dizer que a desertificação atinge, no Nordeste (região mais afetada), uma área de mais de 900.000 km², afetando, diretamente, mais de 15 milhões de brasileiros, constituindo o problema ambiental que atinge a maior área e o maior número de pessoas no País.

@@@Combater a desertificação implica em influir no comportamento social, econômico e político da sociedade. Nesse sentido, não consiste apenas em combater erosão, salinização, assoreamento ou tantas outras consequências mas, sim, em eliminar as causas que provocam essas consequências.

@@@O Programa Nacional de Combate à Desertificação – PAN-BRASIL - tem como objetivo geral estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e execução de políticas públicas e investimentos privados nas Áreas Suscetíveis à Desertificação, no contexto das políticas de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca e de promoção do desenvolvimento sustentável.

@@@O PAN-BRASIL é fruto de um processo de envolvimento e participação social, considerando o conhecimento da situação dos processos de desertificação.

@@@A situação do Brasil é preocupante e demandará, de todos nós, a assunção de uma postura proativa, objetivando a efetiva implementação do PAN-BRASIL, bem como o cumprimento "in totum" da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação e, acima de tudo, a revisão de nossos processos produtivos e a adoção das medidas de recuperação das áreas por eles degradadas.

Assim, precisamos contar com a aprovação desta Emenda, propiciando a liberação dos recursos adicionais necessários para que possamos atingir os objetivos que almejamos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

## AUTOR DA EMENDA

3843 - Pedro Chaves



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 14/10/2016

Hora: 12:09

Página: 1 de 2

**ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**

**EMENTA**

Iniciativa para implementação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima - Painel Brasileiro.

**MODALIDADE DA EMENDA**

Individual

**TIPO DE EMENDA**

Aprop.- Inclusão

**ÁREA DE GOVERNO**

Meio Ambiente e Amazônia Legal

**MODALIDADE DE INTERVENÇÃO**

990 Atípica / Outras

**TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA**

500 \*\* ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

**LOCALIDADE BENEFICIADA**

3300000 - Rio de Janeiro

**COMPLEMENTO DA LOCALIDADE**

**ESFERA ORÇAMENTÁRIA**

Orçamento Fiscal

**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA**

M. do Meio Ambiente

**FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO**

98.998.2050.20W1

Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima

Iniciativa para implementação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima com desenvolvimento de pesquisas, estudos, seminários e formação técnica. - No Estado do Rio de Janeiro

**ESPECIFICAÇÃO DA META**

Política implementada(unidade)

**QUANTIDADE**

6

**ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)**

GND	MOD. APLICAÇÃO	RP	Valor Acrescido
3 Outras Despesas Correntes	90 Aplic. Diretas	2	1.200.000
TOTAL .....			1.200.000

**CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS**

SEQUENCIAL	FONTE	GND	MOD. APLICAÇÃO	ID	RP	Valor Deduzido
004202	188	9 Reserva de Contingência	99 A Definir	0	2	1.200.000
TOTAL .....						1.200.000

**JUSTIFICATIVA**

Esta iniciativa engloba estudos, seminários, encontros, publicações e divulgações por meio digital de temas atinentes a mudanças climáticas com a participação da COPPE, COPPETEC e FAETEC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ) de acordo com o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

**AUTOR DA EMENDA**

3789 - Fernando Bezerra Coelho

25



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 14/10/2016

Hora: 12:09

Página: 2 de 2

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

Iniciativa para implementação da Política Nacional de Mudanças Climáticas - Forum Brasileiro.

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Inclusão

#### ÁREA DE GOVERNO

Meio Ambiente e Amazônia Legal

#### MODALIDADE DE INTERVENÇÃO

990 Atípica / Outras

#### TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA

500 \*\* ATÍPICO (Não Previsto no Sistema)

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

3300000 - Rio de Janeiro

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

98.998.2050.20W1

Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima

Iniciativa para implementação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima com desenvolvimento de pesquisas, estudos, seminários e formação técnica. - No Estado do Rio de Janeiro

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Política implementada(unidade)

#### QUANTIDADE

6

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

##### GND

3 Outras Despesas Correntes

##### MOD. APLICAÇÃO

90 Aplic. Diretas

##### RP

2

##### Valor Acrescido

1.200.000

TOTAL .....

1.200.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

##### SEQUENCIAL

004202

##### FONTE

188

##### GND

9 Reserva de Contingência

##### MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

##### ID

0

##### RP

2

##### Valor Deduzido

1.200.000

TOTAL .....

1.200.000

#### JUSTIFICATIVA

Esta iniciativa engloba estudos, seminários, encontros, publicações e divulgações por meio digital de temas atinentes a mudanças climáticas com a participação da COPPE, COPPETEC e FAETEC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ) de acordo com o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

3789 - Fernando Bezerra Coelho



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 14/10/2016

Hora: 09:55

Página: 1 de 4

**ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA**

EMENTA

CMMC- RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

MODALIDADE DA EMENDA

Individual

TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.544.2084.20VR.0001

Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas

Nacional

ESPECIFICAÇÃO DA META

Sub-bacia com intervenção realizada(unidade)

QUANTIDADE

5

ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

GND

4 Investimentos

MOD. APLICAÇÃO

30 Transf. a Est. e ao DF

RP

3

Valor Acrescido

100.000.000

TOTAL .....

100.000.000

CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

SEQUENCIAL

004202

FONTE

188

GND

9 Reserva de Contingência

MOD. APLICAÇÃO

99 A Definir

ID RP

0 2

Valor Deduzido

100.000.000

TOTAL .....

100.000.000

JUSTIFICATIVA

Atualmente, as nossas Bacias passam por um processo, extremamente agressivo, em termos ambientais, comprometendo, para o todo o País, a segurança alimentar, energética e a garantia do abastecimento de água, com qualidade, para o consumo humano. Recentemente tivemos a crise de desabastecimento que assolou à região Sudeste, notadamente São Paulo, e, hoje, sentimos os efeitos desse processo, até mesmo no Distrito Federal, onde os reservatórios atingiram níveis alarmantes.

As bacias apresentam os mais diversos tipos de problemas ambientais, como por exemplo: uso indiscriminado dos solos para a agricultura; degradação pelos esgotos de uma maneira geral; assoreamento; desmatamento das matas ciliares e nascentes, que comprometem a sua qualidade ambiental, bem como a dos berçários de espécies nativas e endêmicas, inclusive, podendo refletir negativamente em unidades de conservação associadas a estas bacias.

O desmatamento, intenso, por sua vez, notadamente objetivando a implantação de projetos agropecuários, principalmente a implantação de monoculturas, esta, intimamente ligado a ocorrência de queimadas e incêndios florestais.

Nas regiões com maior adensamento populacional a principal agressão se materializa pelo lançamento de efluentes industriais e domésticos, inclusive hospitalares, não tratados, como no caso de matadouros públicos, esgotamento sanitário e a presença de lixo a céu aberto.

Assim ações voltadas ao saneamento básico, tratamento de resíduos sólidos, perenização dos rios intermitentes, gestão hídrica dos reservatórios, proteção de nascentes perenes e intermitentes, reflorestamento da mata ciliar e das nascentes, recuperação das áreas degradadas, deverão ser efetivadas, objetivando a garantia da proteção da biodiversidade de toda a região, a oferta de água potável em quantidade e qualidade adequadas além da recuperação da navegabilidade do rio, deverão ser implementadas, com urgência. Para tanto, mister se faz, a aprovação da presente emenda.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

3789 - Fernando Bezerra Coelho



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 14/10/2016

Hora: 09:55

Página: 2 de 4

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

CMMC-Implantação de Parques Eólicos de Geração de energia

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Investimento

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

FURNAS

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

25.752.2033.14L5.0001

Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica

Nacional

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Parque implantado(% de execução)

#### QUANTIDADE

10

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

##### GND

4

Investimentos

##### MOD. APLICAÇÃO

30

Transf. a Est. e ao DF

##### RP

3

##### Valor Acrescido

250.000.000

TOTAL .....

250.000.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

##### SEQUENCIAL

004202

##### FONTE

188

##### GND

9

Reserva de Contingência

##### MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

##### ID

0

##### RP

2

##### Valor Deduzido

250.000.000

TOTAL .....

250.000.000

#### JUSTIFICATIVA

Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica é o grande objetivo de grandes Nações e principalmente no Brasil, que precisa diversificar suas fontes de energia. A implantação de Parques Eólicos desenvolve as regiões onde se instalam e traz menos custos de infraestrutura além de uma energia limpa sem muita poluição.

O Brasil possui expressiva participação de fontes renováveis na sua matriz energética, predominantemente as grandes hidrelétricas.

Um forte crescimento na geração de energia eólica tem ocorrido, e vários países optaram por investir nessa fonte de energia, sendo que a sua utilização foi a que mais cresceu os últimos anos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

3789 - Fernando Bezerra Coelho

28



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018/2016 - LOA

Data: 14/10/2016

Hora: 09:55

Página: 3 de 4

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

CMMC-POLÍTICA NACIONAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.542.2050.20W1.0001

Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima

Nacional

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Política implementada(unidade)

#### QUANTIDADE

10

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

##### GND

4

Investimentos

##### MOD. APLICAÇÃO

30

Transf. a Est. e ao DF

##### RP

3

##### Valor Acrescido

150.000.000

TOTAL .....

150.000.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

##### SEQUENCIAL

004202

##### FONTE

188

##### GND

9

Reserva de Contingência

##### MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

##### ID

0

##### RP

2

##### Valor Deduzido

150.000.000

TOTAL .....

150.000.000

#### JUSTIFICATIVA

A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) oficializa o compromisso voluntário do Brasil junto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de redução de emissões de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% das emissões projetadas até 2020. Ela foi instituída em 2009 pela Lei nº 12.187, buscando garantir que o desenvolvimento econômico e social contribuam para a proteção do sistema climático global.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

3789 - Fernando Bezerra Coelho



CONGRESSO NACIONAL  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO  
SISTEMA DE ELABORAÇÃO DE EMENDAS ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS  
PLN 0018 / 2016 - LOA

Data: 14/10/2016

Hora: 09:55

Página: 4 de 4

29

### ESPELHO DE EMENDA DE APROPRIAÇÃO DE DESPESA

#### EMENTA

CMMC8 - Fomento para a Melhoria da Qualidade Ambiental

#### MODALIDADE DA EMENDA

Individual

#### TIPO DE EMENDA

Aprop.- Acréscimo

#### LOCALIDADE BENEFICIADA

9000000 - Nacional

#### COMPLEMENTO DA LOCALIDADE

#### ESFERA ORÇAMENTÁRIA

Orçamento Fiscal

#### UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA

M. do Meio Ambiente

#### FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO

18.542.2083.20VX.0001

Fomento para a Melhoria da Qualidade Ambiental

Nacional

#### ESPECIFICAÇÃO DA META

Projeto apoiado(unidade)

#### QUANTIDADE

250

#### ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00)

##### GND

3

Outras Despesas Correntes

##### MOD. APLICAÇÃO

90

Aplic. Diretas

##### RP

2

##### Valor Acrescido

25.000.000

TOTAL .....

25.000.000

#### CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS

##### SEQUENCIAL

004202

##### FONTE

188

##### GND

9

Reserva de Contingência

##### MOD. APLICAÇÃO

99

A Definir

##### ID

0

##### RP

2

##### Valor Deduzido

25.000.000

TOTAL .....

25.000.000

#### JUSTIFICATIVA

Criação de mecanismos normativos, econômicos e arranjos institucionais, bem como formação e capacitação de técnicos. Objetiva-se com isso reduzir a geração e liberação de contaminantes ambientais e promover sua gestão sustentável, e ainda apoio / viabilização da execução de projetos.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

#### AUTOR DA EMENDA

3789 - Fernando Bezerra Coelho

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

1

**ORÇAMENTO/2017  
(PLOA/2017)**

<b>EMENDA Nº</b>	<b>TIPO DE EMENDA</b>	<b>ÁREA (Esfera Orçamentária) / LOCALIDADE</b>	<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>VALOR</b>	<b>AUTOR</b>
1	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	ANA	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	150.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
2	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. de Minas e Energia	Monitoramento do Atendimento das Demandas por Energia Elétrica	10.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
3	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação, e Adaptação aos Efeitos da Seca	250.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
4	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	100.000.000	Dep. Sergio Souza
5	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	70.000.000	Dep. Sergio Souza
6	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	30.000.000	Sen. Cristovam Buarque
7	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos	15.000.000	Sen. Cristovam Buarque
8	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Voltados à Qualidade Ambiental Urbana	40.000.000	Sen. Cristovam Buarque
9	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza – BOLSA VERDE	147.652.970	Sen. Cristovam Buarque
10	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Conservação de Ecossistemas	166.000	Sen. Cristovam Buarque

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

2

**ORÇAMENTO/2017  
(PLOA/2017)**

<b>EMENDA Nº</b>	<b>TIPO DE EMENDA</b>	<b>ÁREA (Esfera Orçamentária) / LOCALIDADE</b>	<b>UNIDADE ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>VALOR</b>	<b>AUTOR</b>
11	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Dessalinização de Água – Água Doce	11.742.614	Sen. Cristovam Buarque
12	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	27.000.000	Sen. Cristovam Buarque
13	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Fomento para a Melhoria da Qualidade Ambiental	25.000.000	Sen. Cristovam Buarque
14	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	100.000.000	Sen. Hélio José
15	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Apoio à Implementação de Instrumento Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos	150.000.000	Sen. Hélio José
16	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento no âmbito da União, Estados e Municípios	100.000.000	Sen. Hélio José
17	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	200.000.000	Sen. Hélio José
18	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca	100.000.000	Sen. Hélio José
19	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	100.000.000	Sen. Pedro Chaves
20	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Apoio à Implementação de Instrumento Estruturantes da Política Nacional de Resíduos	150.000.000	Sen. Pedro Chaves

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

**ORÇAMENTO/2017**  
(PLOA/2017)

3

EMENDA Nº	TIPO DE EMENDA	ÁREA (Esfera Orçamentária) / LOCALIDADE	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	VALOR	AUTOR
				Sólidos		
21	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento no âmbito da União, Estados e Municípios	100.000.000	Sen. Pedro Chaves
22	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	200.000.000	Sen. Pedro Chaves
23	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca	100.000.000	Sen. Pedro Chaves
24	Apropriação / Inclusão	Orçamento Fiscal / Rio de Janeiro	Min. Meio Ambiente	Iniciativa para implementação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima com desenvolvimento de pesquisas, estudos, seminários e formação técnica – no Estado do Rio de Janeiro	1.200.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
25	Apropriação / Inclusão	Orçamento Fiscal / Rio de Janeiro	Min. Meio Ambiente	Iniciativa para implementação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima com desenvolvimento de pesquisas, estudos, seminários e formação técnica – no Estado do Rio de Janeiro	1.200.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
26	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	100.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
27	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Investimento / Nacional	FURNAS	Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica	250.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

4

**ORÇAMENTO/2017  
(PLOA/2017)**

EMENDA Nº	TIPO DE EMENDA	ÁREA (Esfera Orçamentária) / LOCALIDADE	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	VALOR	AUTOR
28	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima	150.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
29	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Fomento para a Melhoria da Qualidade Ambiental	25.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho

**Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas****Coordenador das Emendas:** Deputado Sergio Souza**Secretário da Comissão:** Tiago Brum  
Telefone: 3303-3534 / 4256



CONGRESSO NACIONAL  
Comissão Mista de Mudanças Climáticas

1

**PARECER Nº , DE 2016**

**Da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas – CMMC** –, sobre as propostas de que resultarão as emendas desta Comissão, a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017, Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, que “estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2017”.

Relator: Deputado Sérgio Souza (PMDB-PR)

## **1 Relatório**

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas – CMMC – reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2017 (PLOA 2017), Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN.

As propostas apresentadas contemplam programações orçamentárias variadas, conforme as competências regimentais da CMMC que pode apresentar até oito emendas, sendo quatro de apropriação e quatro de remanejamento.

Encontram-se sob a análise deste Plenário trinta propostas de emendas, elaboradas pelos Senadores Cristovam Buarque, Fernando Bezerra Coelho e Sérgio Chaves, além daquelas elaboradas por mim.

Todas as propostas estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, no qual se discriminam o número atribuído a cada proposta de emenda por esta CMMC.

É o relatório.

## **2 Análise**

Não foram apresentadas emendas de remanejamento, mas em contrapartida foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro



emendas desse tipo reservadas à CMMC. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação, cuja análise observou fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006-CN. Importa consignar que três fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro: emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. Em segundo lugar, as propostas devem representar interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a região ou localidade específica. Por fim, as emendas devem conter identificação precisa do objeto e restringir-se ao Orçamento Fiscal e de Seguridade Social.

Dessa forma, convém observar que as **propostas nº 04 e 05** não devem ser acolhidas uma vez que propõem emendas na Reserva de Contingência o que claramente fere a exigência de que essas emendas contenham a identificação precisa do objeto.

Vale dizer também que as **propostas 24 e 25** não devem ser acolhidas pois não cumprem o requisito de interesse nacional exigido para as Emendas de Comissão, ainda que não há que se questionar o seu mérito.

Além disso, a **proposta nº 27** não deve ser acolhida pois, propõe emenda no Orçamento de Investimentos. A única hipótese de previsão de dotação destinada a empresas não dependentes no Orçamento Fiscal é o aumento de capital da União nesta empresa, o que não é o caso.

### 3 Voto

No tocante às demais emendas, vejo em todas um esforço de demonstrar interesse nacional e pertinência à área temática da Comissão, as competências regimentais da CMMC

Todas as emendas exibiram indubitável mérito e dentre as propostas acolhidas, diante da impossibilidade de contemplarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida importância para o controle de mudanças climáticas em todas as suas faces, com grande aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano.



Por feliz coincidência, o emprego combinado dos critérios também resultou em que fossem atendidas demandas coletivas traduzidas em **propostas de diversos membros do colegiado**.

Início a apresentação das emendas com duas propostas que receberam apoio de mais de um senador. Primeiro, a proposta nº 6, do Senador Cristovam Buarque, que coincide tanto com a proposta nº 14 do Sen. Hélio José quanto com as propostas nº 19 do Senador Pedro Chaves e nº 26 do Sen. Fernando Bezerra Coelho cujo conteúdo aponta para a **Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas**, ponto estratégico para o País neste tempo de escassez hídrica.

Outra emenda que recebeu apoio de mais de um membro da Comissão, a proposta nº 3 do Senador Fernando Bezerra Coelho, soma esforços com as propostas nº 18 e 23 dos Senadores Hélio José e Pedro Chaves cujo conteúdo indica recursos para o **Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação, e Adaptação aos Efeitos da Seca**, também ponto nevrálgico para o controle das mudanças climáticas.

Em seguida, acolho a proposta nº 1, do Senador Fernando Bezerra Coelho, que trata de financiamento à ação 20WI: **“Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos”**, cujos recursos irão ampliar e fortalecer um dos instrumentos que orienta a gestão das águas no Brasil.

Por fim, acho relevante fortalecer a educação ambiental como pilar da melhoria das condições climáticas no longo prazo, entre gerações, por isso reputo fundamental acolher a proposta de emenda nº 30 em que busco o **Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão** neste campo de atuação desta Comissão.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão delibere pela apresentação de 4 emendas de apropriação (acréscimo) ao Projeto de Lei nº 18, de 2016-CN, destinadas às seguintes programações e unidades orçamentárias:

1. **Proposta 1** - Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (18.544.2084.20WI.0001) da ANA, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);



CONGRESSO NACIONAL  
Comissão Mista de Mudanças Climáticas

4

2. **Propostas 6, 14, 19, 26** - Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas (18.544.2069.8695.0001) da ANA, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais);
3. **Propostas 3, 18, e 23** - Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca (18.541.2050.20W2.0001) do Ministério do Meio Ambiente, no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); e
4. **Proposta 30** - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (12.364.2080.20GK.0001) do Ministério de Educação, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, em        de        de 2016.

Deputado Daniel Vilela  
Presidente

  
Deputado Sérgio Souza  
Relator



**CONGRESSO NACIONAL**  
Comissão Mista de Mudanças Climáticas

5

**Anexo I - Sugestões de Emendas apresentadas**

UO	TIPO DE EMENDA	ESFERA / SUBTÍTULO	UO	AÇÃO	FUNCIONAL	VALOR	AUTOR
1	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	ANA	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	18.544.2084.20W1.0001	150.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
2	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. de Minas e Energia	Monitoramento do Atendimento das Demandas por Energia Elétrica	25.752.2033.215Y.0001	10.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
3	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação, e Adaptação aos Efeitos da Seca	18.541.2050.20W2.0001	250.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
4	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	99.999.0999.0Z01.6498	100.000.000	Dep. Sergio Souza
5	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Reserva de Contingência	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	99.999.099.0Z01.6498	70.000.000	Dep. Sergio Souza
6	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	18.544.2084.20VR.0001	30.000.000	Sen. Cristovam Buarque
7	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Apoio à Implementação de Instrumentos Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos	18.542.2083.20W6.0001	15.000.000	Sen. Cristovam Buarque
8	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Voltados à Qualidade Ambiental Urbana	18.5412083.217Q.0001	40.000.000	Sen. Cristovam Buarque



**CONGRESSO NACIONAL**  
Comissão Mista de Mudanças Climáticas

6

9	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Apoio à Conservação Ambiental e à Erradicação da Extrema Pobreza – BOLSA VERDE	18.541.2078.20VP.0001	147.652.970	Sen. Cristovam Buarque
10	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Conservação de Ecossistemas	18.541.2078.20VN.0001	166.000	Sen. Cristovam Buarque
11	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Dessalinização de Água – Água Doce	18.544.2069.8695.0001	11.742.614	Sen. Cristovam Buarque
12	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos	18.544.2084.20VS.0001	27.000.000	Sen. Cristovam Buarque
13	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Fomento para a Melhoria da Qualidade Ambiental	18.512.2083.20VX.0001	25.000.000	Sen. Cristovam Buarque
14	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	18.544.2084.20VR.0001	100.000.000	Sen. Hélio José
15	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Apoio à Implementação de Instrumento Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos	18.542.2083.20W6.0001	150.000.000	Sen. Hélio José
16	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento no âmbito da União, Estados e Municípios	18.542.2050.20VU.0001	100.000.000	Sen. Hélio José



**CONGRESSO NACIONAL**  
Comissão Mista de Mudanças Climáticas

7

17	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	18.541.2078.20LX.0001	200.000.000	Sen. Hélio José
18	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca	18.541.2050.20W2.0001	100.000.000	Sen. Hélio José
19	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	18.544.2084.20VR.0001	100.000.000	Sen. Pedro Chaves
20	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Apoio à Implementação de Instrumento Estruturantes da Política Nacional de Resíduos Sólidos	18.542.2083.20W6.0001	150.000.000	Sen. Pedro Chaves
21	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Políticas e Estratégias de Prevenção e Controle do Desmatamento no âmbito da União, Estados e Municípios	18.542.2050.20VU.0001	100.000.000	Sen. Pedro Chaves
22	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Ampliação e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza	18.541.2078.20LX.0001	200.000.000	Sen. Pedro Chaves
23	Apropriação/ Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Enfrentamento dos Processos de Desertificação, Mitigação e Adaptação aos Efeitos da Seca	18.541.2050.20W2.0001	100.000.000	Sen. Pedro Chaves



**CONGRESSO NACIONAL**  
Comissão Mista de Mudanças Climáticas

8

24	Apropriação / Inclusão	Orçamento Fiscal / Rio de Janeiro	Min. Meio Ambiente	Iniciativa para implementação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima com desenvolvimento de pesquisas, estudos, seminários e formação técnica – no Estado do Rio de Janeiro	98.998.2050.20WI	1.200.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
25	Apropriação / Inclusão	Orçamento Fiscal / Rio de Janeiro	Min. Meio Ambiente	Iniciativa para implementação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima com desenvolvimento de pesquisas, estudos, seminários e formação técnica – no Estado do Rio de Janeiro	98.998.2050.20WI	1.200.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
26	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Recuperação e Preservação de Bacias Hidrográficas	18.544.2084.20VR.0001	100.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
27	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Investimento / Nacional	FURNAS	Implantação de Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica	25.752.2033.14L5.0001	250.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
28	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Iniciativas para Implementação da Política Nacional sobre Mudanças do Clima	18.542.2050.20W1.0001	150.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
29	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Min. Meio Ambiente	Fomento para a Melhoria da Qualidade Ambiental	18.542.2083.20VX.0001	25.000.000	Sen. Fernando Bezerra Coelho
30	Apropriação / Acréscimo	Orçamento Fiscal / Nacional	Ministério da Educação	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12.364.2080.20GK.0001	100.000.000	Dep. Sergio Souza